

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

JACI DE SOUZA FARIAS
Graduanda do Curso de Ciências Contábeis da UFPA.

Héber Lavor Moreira
Professor Orientador
heber@peritocontador.com.br

Trabalho apresentado para Avaliação da disciplina Análise dos Demonstrativos Contábeis , do Curso de Ciências Contábeis da UFPA, cursado no 1º Semestre de 2010.

Conteúdo

1 – Resumo	3
2 – Introdução à Análise da Estrutura e Endividamento	4
3 – O Papel dos Índices de Endividamento	4
1) Empresas que recorrem a dívidas como um complemento de Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas no seu Ativo(ampliação, expansão, modernização, etc.).	5
2) Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo.	5
4 – Principais Índices de Endividamento	5
1º) Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	5
2º) Composição de Endividamento (CE)	7
3º) Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL).....	8
Principais pontos a serem observados nesse índice:	9
4º) Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC).....	9
5º) Nível de Desconto de Duplicatas (NDD)	10
Alguns pontos a serem observados nesse índice:.....	11
6º) Endividamento Financeiro Sobre Ativo Total (EFSAT)	11
5 – Principais Dívidas	13
5.1) Créditos de Funcionamento.....	13
5.2) Financiamentos.....	12
5.3) Empréstimos Bancários.....	13
7 – Conclusão.....	13
8 – Bibliografia Consultada:	14

1 – RESUMO

O estudo dos índices tem papel fundamental na análise das Demonstrações financeiras, pois representam a relação entre contas ou grupo de contas de tais demonstrações, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. Os índices têm como característica fundamental fornecer visão ampla da situação econômica e financeira da empresa, além de servirem de medida para a construção de um quadro de avaliação da empresa. Podemos também, através dos índices, analisar a situação financeira separadamente da situação econômica para, na conclusão, juntar essas duas análises. Assim, são divididos em grupos que revelam a Estrutura, a Liquidez e a Rentabilidade, sendo que daremos enfoque ao índice da Estrutura (Endividamento). Com relação a Participação de Capitais de Terceiros ou Endividamento (tópico a ser tratado e enfatizado nesse artigo), há autores que utilizam fórmulas diferentes. Há aqueles que calculam esse índice levando em consideração o total do Passivo da empresa, outros que o calculam em relação ao Patrimônio e outros, ainda, que invertem o índice, calculando a relação entre Ativo e Capitais de Terceiros, são, contudo, pequenas diferenças que não chegam a afetar propriamente a análise. No decorrer do estudo o comentário exposto será melhor visualizado.

2 – INTRODUÇÃO À ANÁLISE DA ESTRUTURA E ENDIVIDAMENTO

Sabemos que o Balanço Patrimonial evidencia a Situação Patrimonial (Bens, Direitos Obrigações) da empresa. Podemos, ainda, numa abordagem mais específica, identificar a Situação Econômica da empresa.

Assim, uma forma de avaliar a Situação Econômica é observar o Patrimônio Líquido da empresa e a sua variação. Evidentemente que o crescimento real do Patrimônio Líquido vem fortalecer a sua Situação Econômica. O fortalecimento da Capital Próprio (PL) em relação ao Capital de Terceiros propicia à empresa uma posição mais sólida, não se tornando vulnerável a qualquer revés que possa ocorrer no dia-a-dia.

O Patrimônio Líquido poderá ser acrescido, também, com novos aumentos de Capital: os proprietários fazem novos investimentos, normalmente, com o objetivo de expandir a empresa. Todavia, há ocasiões em que a Situação Econômica é tão precária que os proprietários da empresa contribuem com um aumento de Capital para tentar equilibrar aquela situação. Note que esses aumentos não podem ser contínuos, pois tal situação seria desestimulante para os proprietários. Para que se tenha idéia do nível mais acertado de Endividamento de uma empresa, se faz necessário o conhecimento desses índices, que mostram o percentual de Capitais de Terceiros financiando o Ativo da empresa.

3 – O PAPEL DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Este índice revela o grau de endividamento da empresa. A análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios ou de Terceiros e em que proporção. É por meio desses indicadores que apreciaremos o nível de endividamento da empresa. Sabemos que a Ativo (aplicação de recursos) é financiado por Capitais de Terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e por Capitais Próprios (Patrimônio Líquido). Portanto, Capitais de Terceiros e Capitais Próprios são fontes (origens) de recursos. Também, são os indicadores de endividamento que nos informam se a empresa se utiliza mais de recursos de terceiros ou de recursos dos proprietários. Saberemos se os recursos de terceiros têm seu vencimento em maior parte e Curto Prazo (Circulante) ou a Longo Prazo (Exigível a Longo Prazo).

Não há dúvida de que, principalmente em época inflacionária, é apetitoso trabalhar mais com Capitais de Terceiros que com Capital Próprio. Essa tendência é acentuada quando a maior parte do Capital de Terceiros é composta de “exigíveis não-onerosos”, isto é, exigíveis que não geram encargos financeiros explicitamente para a empresa. Por outro lado, uma participação de Capitais de Terceiros exagerada em relação ao Capital Próprio torna a empresa vulnerável a qualquer intempérie. Normalmente, as instituições financeiras não estarão dispostas a conceder financiamentos para as empresas que apresentem esta situação desfavorável.

Na Análise do Endividamento há necessidade de detectar as características do seguinte indicador:

1) Empresas que recorrem a dívidas como um complemento de Capitais Próprios para realizar aplicações produtivas no seu Ativo (ampliação, expansão, modernização, etc.).

Este endividamento é sadio, mesmo sendo um tanto elevado, pois as aplicações produtivas deverão gerar recursos para saldar o compromisso assumido.

2) Empresas que recorrem a dívidas para pagar outras dívidas que estão vencendo.

Por não gerarem recursos para saldar os seus compromissos, elas recorrem a empréstimos sucessivos. Permanecendo este círculo vicioso, a empresa será uma séria candidata à insolvência e, conseqüentemente, à falência.

A análise da composição do endividamento também é bastante significativa para saber se os compromissos assumidos são a Curto Prazo (normalmente utilizados para financiar o Ativo Circulante) ou a Longo Prazo (normalmente utilizado para financiar o Ativo Permanente).

A proporção favorável seria de maior participação de dívidas a Longo Prazo, propiciando à empresa tempo maior para gerar recursos que saldarão os compromissos. Expansão e modernização devem ser financiadas com recursos a Longo Prazo e não pelo Passivo Circulante, pois os recursos a serem gerados pela expansão e modernização virão a Longo Prazo.

Se a composição do endividamento apresentar uma significativa concentração no Passivo Circulante (Curto Prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão de mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no Longo Prazo). Na crise, ela terá poucas alternativas: vender seus estoques na base de uma "liquidação forçada" (a qualquer preço), ou mesmo assumir novas dívidas a Curto Prazo que, certamente, terão juros altos, o que aumentará as despesas financeiras.

Se a concentração fosse a Longo Prazo, a empresa, num momento de revés, teria mais tempo para replanejar a sua situação, sem necessidade de desfazer-se dos estoques a qualquer preço. No entanto, é através do estudo detalhado desses índices que apreciaremos a real situação financeira do empreendimento, conforme segue:

4 – PRINCIPAIS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

1º) *Participação de Capitais de Terceiros (PCT)*

Este índice indica o percentual de Capital de Terceiros em relação ao Patrimônio Líquido, retratando a dependência da empresa em relação aos recursos externos.

$$PCT = \frac{PC + ELP}{PL} \times 100$$

Sendo: PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Para a **EXEMPLO S/A**, no ano de 20x1, podemos visualizar sua participação de Capitais de Terceiros conforme segue:

Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/ Prazo	82.303,00	Exigível a L/ Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

O Capital de Terceiros é formado pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo. Note que o PC de R\$ 263.692,00 somado ao ELP de R\$ 77.166,00 resulta num Capital de Terceiros de R\$ 340.858,00. Dividindo R\$ 340.858,00 pelo Patrimônio Líquido de R\$ 287.743,00, obtém-se 118,46%, que significa que para cada R\$ 100,00 de Capital Próprio, a empresa utiliza R\$ 118,46 de Recursos de Terceiros.

A interpretação do índice de PCT isoladamente, para o analista financeiro, cujo objetivo é avaliar o risco da empresa, é no sentido de que “*quanto maior, pior*”, mantidos constantes os demais fatores. Para a empresa pode ocorrer que o endividamento lhe permita melhor ganho, porém, associado ao maior ganho estará um maior risco.

O índice de Participação de Capitais de Terceiros relaciona, portanto as duas grandes fontes de recursos da empresa, ou seja, Capitais Próprios e Capitais de Terceiros. É um indicador de risco ou de dependência a terceiros, por parte da empresa. Também pode ser chamado índice de Grau de Endividamento.

Do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação Capitais de Terceiros/Patrimônio Líquido menor a liberdade de decisões financeiras da empresa ou maior a dependência a esse terceiros.

Do ponto de vista da obtenção de lucro, pode ser vantajoso para a empresa trabalhar com Capitais de Terceiros, se a remuneração paga a esses capitais for menor do que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios.

Portanto, sempre que se aborda o índice de Participação de Capitais de Terceiros, está-se fazendo análise exclusivamente do ponto de vista financeiro, ou seja, do risco de insolvência e não em relação ao lucro ou prejuízo.

A falência, entretanto, nunca se deve exclusivamente ao endividamento. Há invariavelmente um quadro de má administração, desorganização, projetos fracassados – a isso tudo soma-se o excessivo endividamento.

Principais pontos a serem observados nesse índice:

- a) Os prazos de vencimento das dívidas a Longo Prazo;
- b) Participação de dívidas onerosas no Passivo Circulante;
- c) A origem dos empréstimos (debêntures, empréstimos e financiamentos bancários, etc.);
- d) No caso de países com inflação, a ausência de correção monetária;

2º) Composição de Endividamento (CE)

Indica quanto da dívida total da empresa deverá ser pago a Curto Prazo, isto é, as Obrigações a Curto Prazo comparadas com as obrigações totais.

$$CE = \frac{PC}{PC + ELP} \times 100$$

Sendo: PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Para a **EXEMPLO S/A**, no ano de 20x1, podemos representar a composição de seus Capitais de Terceiros, quanto ao vencimento a Curto ou a Longo Prazo, conforme segue:

Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/ Prazo	82.303,00	Exigível a L/ Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

O Capital de Terceiros, ou seja, a dívida total, é representado pelo PC de R\$ 263.692,00 mais o ELP de R\$ 77.166,00, totalizando R\$ 340.858,00. Desse valor, R\$ 263.692,00 que é o PC, vence a Curto Prazo. Dividindo R \$ 263.692,00 por R\$ 340.858,00, obtém-se 77,36%, significando o percentual da dívida total que vence a Curto Prazo. Desse modo, para cada R\$ 100,00 de dívida que a empresa tem, R\$ 77,36 vence a Curto Prazo, ou seja, num período inferior a um ano.

A interpretação do índice de CE é no sentido de que “*quanto maior, pior*”, mantidos constantes os demais fatores. A razão é que quanto mais dívidas para pagar a Curto Prazo, maior será a pressão para a empresa gerar recursos para honrar seus compromissos.

O passo agora é saber qual a composição dessas dívidas. Uma coisa é ter dívidas de Curto Prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a Curto Prazo (e nós sabemos as dificuldades em gerar recursos a Curto Prazo); outra coisa é ter dívidas a Longo Prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos para pagar essas dívidas.

Daí saber-se que este índice é uma medida da qualidade do Passivo da empresa, em termos de prazo. Compara o montante de dívidas no Curto Prazo com o endividamento total, além de mostrar as características da empresa quanto ao vencimento das dívidas, portanto, o fato isolado de a dívida está concentrada no Curto Prazo não é, necessariamente, um fator negativo. É preciso conhecer a estrutura geral da empresa analisada quanto a sua participação de capitais de terceiros, sua capacidade de geração de recursos e mesmo sua condição de renovar a dívida de Curto Prazo junto aos credores. Por outro lado, as situações em que as parcelas do Exigível a Longo Prazo estejam sendo transferidas para o Curto Prazo, sem a empresa mostrar-se vigorosa para liquidar tais compromissos, podem ser muito críticas para o bom andamento do negócio.

Admite-se que quanto mais curto o vencimento das parcelas, maior será o risco oferecido pela empresa. De outra forma, empresas com endividamento concentrado no Longo Prazo, principalmente decorrente de investimentos efetuados, oferecem uma situação mais tranqüila no Curto Prazo.

3º) Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

O índice de imobilização do PL indica quanto do Patrimônio Líquido da empresa está aplicado no Ativo Permanente, ou seja, o quanto do Ativo Permanente da empresa é financiado pelo seu Patrimônio Líquido, evidenciando, dessa forma, a maior ou menor dependência de recursos de terceiros para manutenção dos negócios.

$$\text{IPL} = \frac{\text{AP}}{\text{PL}} \times 100$$

PL

Sendo: AP = Ativo Permanente

PL = Patrimônio Líquido

Para a **EXEMPLO S/A**, no ano de 20x1, seu nível de imobilização pode ser representado conforme segue:

Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/ Prazo	82.303,00	Exigível a L/ Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

Dividindo o Ativo Permanente de R\$ 210.622,00 pelo Patrimônio Líquido de R\$ 287.743,00, obtém-se 73,20%, que significa que para R\$ 100,00 de Capital Próprio a empresa tem aplicado no AP R\$ 73,20.

A interpretação do índice de IPL é no sentido de que “quanto maior, pior”, mantidos constantes os demais fatores. As aplicações dos recursos do Patrimônio Líquido são exclusivas do Ativo Permanente e do Ativo Circulante. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em conseqüência, maior será a dependência a Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.

O ideal em termos financeiros é a empresa dispor de Patrimônio Líquido suficiente para cobrir o Ativo Permanente e ainda sobrar uma parcela suficiente para financiar o Ativo Circulante.

Para tanto, a correta administração dos recursos de uma empresa pressupõe um adequado enquadramento dos prazos das aplicações dos recursos com os prazos das fontes.

Em princípio, o ideal é que as empresas imobilizem a menor parte possível de seus recursos próprios. Assim, não ficarão na dependência de capitais alheios para a movimentação normal de seus negócios. O analista deve atentar para os casos em que a empresa possui financiamentos de Longo Prazo para novos investimentos, com, por exemplo, expansão e modernização de seu parque. Nesses casos, o índice IPL poderá apresentar-se em níveis muito elevados. A política de obtenção de fontes de Longo Prazo, porém, revela decisão administrativa correta dos empresários.

Principais pontos a serem observados nesse índice:

- a) Como variou o Patrimônio Líquido no período;
- b) A participação de cada recurso no Ativo Permanente;
- c) Se o Diferido poderá contribuir para a geração de receitas futuras;
- d) Conhecer a razão estratégica de cada investimento;
- e) Quanto ao Imobilizado, é necessário conhecer o tempo de vida útil, o grau de modernização, além do critério de depreciação utilizado.

4º) Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRNC)

Este índice indica que percentuais de Recursos Não Correntes a empresa aplicou no Ativo Permanente.

$$\text{IRNC} = \frac{\text{AP}}{\text{PL} + \text{ELP}} \times 100$$

Sendo: AP = Ativo Permanente

PL = Patrimônio Líquido

ELP = Exigível a Longo Prazo

Para a **EXEMPLO S/A**, no ano de 20x1, seu Nível de Imobilização de seus Recursos Não Correntes pode ser assim representado:

Ativo	Valores	Passivo	Valores
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/ Prazo	82.303,00	Exigível a L/ Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

Dividindo o Ativo Permanente de R\$ 210.622,00 pelo Patrimônio Líquido de R\$ 287.743,00 somado com o Exigível a Longo Prazo de R\$ 77.166,00, obtém-se 57,72%, que significa que para cada R\$ 100,00 de Recursos Não Correntes (ELP + PL) a empresa tem aplicado no Ativo Permanente R\$ 57,72.

A interpretação do índice é no sentido de que “*quanto menor, melhor*”. A parcela de Recursos não Correntes destinada ao Ativo Circulante é denominada Capital Circulante Líquido que, além de serem formados pelo Capital Circulante Próprio e o Exigível a Longo Prazo, ainda representa os financiamentos de que a empresa dispõe para o seu giro e que não serão cobrados a Curto Prazo.

Os elementos do Ativo Permanente têm vida útil que pode ser de 2, 5, 10 ou 50 anos.

Assim, não é necessário financiar todo o Imobilizado com Recursos Próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de Longo Prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado, ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de Longo Prazo. Daí a lógica de comparar aplicações fixas (Ativo Permanente) com os Recursos Não Correntes (Patrimônio Líquido + Exigível a Longo Prazo).

5º) Nível de Desconto de Duplicatas (NDD)

O Nível de Desconto de Duplicatas indica o percentual de duplicatas descontadas em relação ao total de duplicatas a receber.

$$\text{NDD} = \frac{\text{DD}}{\text{DR}} \times 100$$

Sendo: DD = Duplicatas Descontadas

DR = Duplicatas a Receber

Para a **EXEMPLO S/A**, em 20x1, as Duplicatas Descontadas somam R\$ 29.144,00, enquanto a carteira de Duplicatas a Receber é de R\$ 10.846,00. Daí, a empresa descontou 28,62% do saldo de Duplicatas a Receber em dezembro de 20x1.

Ativo	Valores	Passivo	Valores
* Disponibilidades	178.917,00	* Duplic. Descontadas	29.144,00
* Aplic. Financeiras		* Instituições Financ.	102.003,00
* Duplic. a Receber	101.846,00	* Transf.do ELP p/ PC	
* Prov. p/dev. Duvid.	(5.448,00)	* Outros não cíclicos	46.532,00
* Duplic.a Rec. L/P	96.398,00	* Fornecedores	30.776,00
* Estoques	55.848,00	* Salários e Encargos	
* Outros Val. a Rec.	4.513,00	* Impostos e Taxas	14.161,00
* Desp. Antecipadas		* Outros Val.a Pagar	41.076,00
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/Prazo	82.303,00	Exigível a L/Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

Considerando que as empresas só devem descontar duplicatas quando estiverem precisando de dinheiro, a interpretação desse índice é no sentido de que "*quanto maior, pior*".

Obs: Em suas atividades operacionais, as empresas vendem (produtos, mercadorias ou serviços) a prazo a seus clientes e emitem as Duplicatas, que são títulos representativos dos direitos que têm sobre seus clientes. Muitas vezes, as empresas precisam de dinheiro e vão aos bancos descontar as referidas duplicatas. Nesse processo, os bancos ficam com seus títulos e antecipam os valores às empresas, mediante a cobrança de determinada taxa de juros. No vencimento, os devedores (os sacados) efetuam os pagamentos e a operação se encerra. Caso, entretanto, o devedor não efetue o pagamento do título, a empresa que emitiu a Duplicata (o cedente) deverá efetuar seu pagamento junto ao banco.

Alguns pontos a serem observados nesse índice:

- a) Normalmente, quanto maior a necessidade de Recursos Financeiros, maior será o nível de Desconto de Duplicatas. O extremo é quando a empresa chega a emitir títulos que não correspondem a venda efetuada, a chamada “duplicata fria”;
- b) Muitas vezes as Duplicatas da empresa estão comprometidas como garantia de outras operações e não há duplicatas para descontar;
- c) Na data do encerramento do Balanço, os bancos com que a empresa trabalhava podiam não estar operando com a carteira de Desconto de Duplicatas, ou os bancos poderiam não estar aceitando as duplicatas da empresa para desconto. Nessa condição, um baixo nível de endividamento não quer dizer coisa boa.

6º) Endividamento Financeiro Sobre Ativo Total (EFSAT)

Esse índice indica a participação do Passivo Financeiro (PF) no financiamento do Ativo da empresa, mostrando a dependência da empresa junto a instituições financeiras. O Ativo Total representa a totalidade dos recursos aplicados na empresa, enquanto a dívida financeira representa os recursos provenientes de bancos ou outras fontes financeiras.

$$\text{EFSAT} = \frac{\text{DD+IF+TLP+ONC+ELP}}{\text{AT}} \times 100$$

Sendo: DD = Duplicatas Descontadas

IF = Instituições Financeiras

TLP = Transferências de Longo Prazo

ONC = Outros não Cíclicos como: dividendos, imposto de renda e outros

ELP = Exigível a Longo Prazo

AT = Ativo Total

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Para a **EXEMPLO S/A**, no ano de 20x1, podemos representar a participação do Passivo Financeiro no financiamento da Ativo da empresa, conforme segue:

Ativo	Valores	Passivo	Valores
* Disponibilidades	178.917,00	* Duplic. Descontadas	29.144,00
* Aplic. Financeiras		* Instituições Financ.	102.003,00
* Duplic. a Receber	101.846,00	* Transf.do ELP p/ PC	
* Prov. p/dev. Duvid.	(5.448,00)	* Outros não cíclicos	46.532,00
* Duplic.a Rec. L/P	96.398,00	* Fornecedores	30.776,00
* Estoques	55.848,00	* Salários e Encargos	
* Outros Val. a Rec.	4.513,00	* Impostos e Taxas	14.161,00
* Desp. Antecipadas		* Outros Val.a Pagar	41.076,00
Circulante	335.676,00	Circulante	263.692,00
Realizável a L/Prazo	82.303,00	Exigível a L/Prazo	77.166,00
Permanente	210.622,00	Patrimônio Líquido	287.743,00
Total do Ativo	628.601,00	Total do Passivo	628.601,00

O Endividamento Financeiro Sobre o Ativo Total é obtido pela divisão do Passivo Financeiro pelo Ativo Total, cujos valores, em 20x1, foram de R\$ 254.845,00 (29.144 + 102.003 + 46.532 + 77.166) e R\$ 628.601,00, respectivamente. Portanto, para a **EXEMPLO S/A**, em 20x1, o Endividamento Financeiro representou 40,54% do Ativo Total, ou seja, para cada R\$ 100,00 de aplicação no Ativo, a empresa estava utilizando R\$ 40,54 de recursos provenientes de instituições financeiras ou de outras fontes consideradas financeiras. Podemos indicar o Endividamento Financeiro em relação ao Ativo Total, conforme segue:

A interpretação desse índice é no sentido de que “*quanto maior, pior*”, que significa que quanto menos a empresa depender de recursos remunerados para financiar seu Ativo, melhor será a qualidade de sua estrutura de Capitais.

A relação da dívida financeira em relação ao Ativo Total possibilita-nos duas formas de interpretação:

- a) Uma delas está relacionada ao custo da dívida, ou seja, se os Ativos da empresa estão proporcionando retorno maior que o custo de captação, nesse caso a dívida estará sendo benéfica;
- b) A outra situação refere-se às empresas que não possuem Recursos Próprios para financiar suas necessidades de giro e são levadas a um endividamento junto aos bancos, pagando juros elevados pelo dinheiro tomam emprestado, então a dívida pode representar perigo a vista.

os financiamentos são tomadas para suportar a expansão da empresa, seja no Ativo Circulante, seja no Permanente ou quando do início de atividades, para a empresa atingir determinado nível de operações que a torne economicamente viável.

5 – PRINCIPAIS DÍVIDAS

5.1) Créditos de Funcionamento: são os créditos de fornecedores, salários, impostos, encargos sociais e despesas a pagar, como: alugueis, seguros, água, energia, propaganda, etc.

A empresa pode assumir esses crédito até o limite em que os pagamentos fiquem ligeiramente aquém das entradas de caixa decorrentes do recebimento das vendas.

5.2) Financiamentos: são recursos obtidos em instituições financeiras privadas ou oficiais para financiamento de aplicações específicas no giro ou no Ativo Permanente.

Normalmente

5.3) Empréstimos Bancários: são créditos obtidos junto a instituições financeiras a Curto Prazo ou a pouco mais de um ano. Os créditos obtidos sob esta modalidade destinam-se a complementar o financiamento do Ativo Circulante.

6 – CONCLUSÃO

Em face do que foi apreciado nos índices de endividamento, podemos nos assegurar ter transmitido as noções básicas de análise e interpretação dos percentuais de Capitais de Terceiros injetados na empresa, se tais financiamentos têm vencimento a Curto ou a Longo Prazo, bem como em que proporção estes influenciam na real situação financeira de determinado empreendimento. No entanto, não se tem a pretensão de mensurar que análises isoladas possibilitam determinar a real situação financeira da empresa pois, este índice, assim como os demais, deve ser analisado no conjunto com outros índices, de modo a direcionar o administrador para a tomada de decisão mais acertada afinal, Sérgio de Iudícibus afirma em seu livro *Análise de Balanços*, “... os maiores analistas de investimentos, os mais afortunados homens de negócios, não precisam mais que de uma dezena de quocientes selecionados para auxiliá-los em suas tomadas de decisões.”

8 – BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Hilário. Estrutura, análise e interpretação de balanços. 15. ed. São Paulo : Atlas, 1992.

IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de balanços. 7. ed. São Paulo : Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 8. ed. São Paulo : Atlas, 1998.